

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Para Siqueira, tirar Alckmin seria “uma desfeita”

PSB não aceita perder vice com Alckmin em 2026

Depois de 11 anos no comando, o presidente do PSB, Carlos Siqueira, deixa o cargo. Em seu lugar, assumirá o prefeito do Recife, João Campos, filho de Eduardo Campos, que morreu em um acidente aéreo em 2014 quando disputava a Presidência da República. A posse de João Campos parece retomar um ciclo. Um dos principais assessores de Eduardo Campos naque-

la campanha à Presidência, Siqueira assumiu o comando do partido, que agora entrega ao filho de Eduardo, aos 31 anos e um dos prefeitos mais populares do país. Há quem veja João Campos como um nome potencial de renovação à esquerda no futuro. Mas, para que isso aconteça, o PSB precisa preservar os espaços que tem. Isso passa por manter Geraldo Alckmin vice.

Entrevista

Foi o que disse Carlos Siqueira em entrevista esta semana ao Programa Direto de Brasília, do jornalista Magno Martins, do Diário de Pernambuco. O Correio Político participou da entrevista exatamente com a pergunta sobre a manutenção de Alckmin na chapa de 2026.

Coalizão

Dentro da complicada ginástica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para preservar a sua ampla coligação na tentativa de reeleição, fala-se na troca de Alckmin por um candidato dos demais partidos da base. Especialmente do centro. Cogitações envolvem MDB e PSD.



Cadu Pinotti/Agência Brasil

Na visão de Siqueira, Alckmin é “o vice dos sonhos”

Trocar vice-presidente seria “uma desfeita”

Na avaliação de Carlos Siqueira, trocar Geraldo Alckmin por um outro candidato a vice seria “uma desfeita”. Com ele e com o PSB, afirma. Primeiro, porque, para Siqueira, Alckmin é “o vice que todo presidente sonharia ter”. Tem sido, considera, “leal e eficiente” (inclusive ocupando posto importante também no Ministério

de Indústria e Comércio). Além disso, Carlos Siqueira toca na ferida: Lula contará mesmo com os apoios dos partidos que tenta seduzir para a sua chapa? Ainda que conte, é muito improvável que isso signifique a totalidade dessas legendas, com a replicação do apoio a Lula em todos os estados e regiões.

PSD

Uma das hipóteses que se cogita é a troca pelo PSD. Mas, então, lembra Siqueira, o presidente do partido, Gilberto Kassab, é secretário de Estado de Tarcísio de Freitas no governo de São Paulo. E Tarcísio é um dos nomes cogitados para disputar contra Lula em 2026.

São Paulo

Recentemente, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu defendeu que o PT e o governo precisariam ter uma “chapa forte” em São Paulo. E sugeriu o nome de Alckmin. “Acredito que quem já foi governador por quatro vezes não pretende voltar ao cargo”, rebateu Siqueira.

MDB

O apoio do MDB é mais provável. Mas, certamente, não acontecerá em todos os lugares. Em São Paulo mesmo, o prefeito Ricardo Nunes faz oposição. E é um provável nome de oposição ao governo de São Paulo caso Tarcísio deixe o cargo para disputar a Presidência.

Abin

Apesar do apoio ao governo, Siqueira ainda tocou em outras feridas. Como Eduardo Campos. Ele afirmou que Dilma Rousseff, que então disputava a reeleição, teria colocado a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar Campos. “Vivi tudo intensamente”, disse ele.

Motta dá dez dias para governo resolver IOF

Posição reflete tendência de derrubada do aumento

Lula Marques/Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

Os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), estão pressionando o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para apresentar um plano alternativo ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Em publicação nas redes sociais nesta quinta-feira (29), após se reunir com os líderes, Motta informou que foi concedido um prazo de dez dias para a equipe econômica encontrar uma alternativa ao aumento. Na prática, é quase o tempo que já seria dado, uma vez que não haverá sessão no Congresso Nacional na próxima semana, devido à 11ª edição do Fórum Parlamentar do Brics.

Ele exigiu um planejamento duradouro, consistente e que “evite as gambiarras tributárias” que prejudicam o país, só para aumentar a arrecadação. “Aumentar tributos sempre que o gasto público cresce não funciona. É essencial pensar no futuro com medidas definitivas. O brasileiro está cansado de aumento de impostos”, declarou o presidente da Câmara.

Hugo Motta já tinha feito pessoalmente a cobrança durante uma reunião na noite de quarta-feira (28 com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e líderes partidários. Segundo Motta, há uma insatisfação generalizada entre os deputados com a medida, e o clima da Casa é favorável à derrubada do decreto.



Motta manda recado duro: “Chega de gambiarras tributárias”

Sem alternativa

Após o encontro, no entanto, Haddad informou à imprensa que, neste momento, não há uma alternativa ao IOF e disse ter advertido os parlamentares sobre as eventuais consequências da rejeição ao projeto. Até o momento, ao menos 20 propostas de suspensão foram protocoladas no Legislativo federal. “Neste momento, não [há uma alternativa]. Nós recebemos da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) uma série de sugestões, estamos analisando e falei dos problemas constitucionais de você prever receita imediata”, afirmou.

O representante da pasta econômica mencionou ainda que a correção necessária já

foi feita com as alterações realizadas na semana anterior. A fala faz referência à elevação da alíquota de transferências em investimentos de fundos nacionais para o exterior, que foi revogada na última quinta-feira (22), horas depois de ter sido anunciada — o recuo ocorreu após reação negativa do mercado financeiro.

Ele adiantou que uma nova reunião sobre o tema deverá acontecer na primeira semana de junho, onde deverá apresentar aos parlamentares “medidas de médio e longo prazo mais estruturantes”.

“Expliquei o problema de curto prazo que temos, mas falei que é absolutamente possível nós pensarmos em uma agenda estruturante”, afirmou Haddad. Pouco antes das declarações

do ministro, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que todas as sugestões serão avaliadas de forma “célere e criteriosa”.

No caso de possíveis modificações, porém, será necessário realizar compensações na execução orçamentária.

Impactos

“Se essa medida do IOF for alterada, como foi alterada na quinta-feira, ela traz um ajuste em termos de como você executa o Orçamento e isso pode trazer impactos para o contingenciamento e para o bloqueio”, justificou Durigan.

No total, o governo pretendia arrecadar R\$ 20,5 bilhões em 2025 e R\$ 40 bilhões em 2026 com os aumentos nas alíquotas.

Novo Código Eleitoral ainda carece de acordo no Senado

Geraldo Magela/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

A discussão sobre o projeto de lei complementar que cria o novo Código Eleitoral (PLP 112/2021) foi mais uma vez adiada, agora para a segunda semana de junho. Nesta quarta-feira (28), o relator do PLP no Senado, senador Marcelo Castro (MDB-PI), apresentou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa o sexto relatório do projeto com as novas regras para o colegiado debater o tema. Por falta de acordo entre os parlamentares, a comissão adiou a discussão, após um pedido de vista coletiva, para a segunda semana de junho. Isso porque na semana que vem o foco do Congresso Nacional será no 11º Fórum Parlamentar do Brics, que ocorrerá de 3 a 5 de junho.

Com 642 páginas de relatório, os senadores que solicitaram vista buscam encaixar novas emendas no projeto — dentre elas, a proibição da divulgação de pesquisas eleitorais. O novo Código Eleitoral vai reunir sete leis e jurisprudências em quase 900 artigos sobre legislação eleitoral e partidária. O objetivo é unificar regras e trazer mais estabilidade jurídica, racionalidade e organicidade ao regulamento das eleições brasileiras.

Dentre as principais mudanças no texto estão: menor quarentena para o afastamento de autoridades (juízes, policiais e militares) antes de uma candidatura, reduzindo de quatro para dois anos; o Tribunal Su-



Castro já apresentou seis versões do Código Eleitoral

perior Eleitoral (TSE) passa a ter um prazo para informar os partidos sobre percentual de gasto com candidaturas de minorias (mulheres e pessoas negras); maior valor para candidatos e partidos que terão direito a prestação de contas simplificada; e mais tempo para que os partidos reunidos em uma federação possam se desligar dela.

Análise

Ao Correio da Manhã, a advogada e mestre em direito público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Evelyn Melo Silva pontuou os pontos positivo e negativos da proposta. “Por um lado, a proposta legislativa inova ao consolidar em um único normativo

todas as regras de direito eleitoral e partidário — impacto imediato caso seja aprovado, pois já valerá para a próxima eleição geral de 2026 —, e inova ao prever reserva de vaga no Parlamento para as mulheres, na importância de 20% das cadeiras, exceto no Senado; e veda a remuneração de conteúdo de propaganda eleitoral realizada por influenciadores, tema recente na nossa democracia”, destacou Silva.

Em contrapartida, ela ponderou que o projeto “retrocede” considerando outras políticas de promoção da igualdade de gênero, como “o fim da cota de gênero para candidaturas e a rejeição da proposta de paridade entre os membros da direção partidária”. Além disso, o

projeto reduz o tempo de ineligibilidade, em dissonância à Lei da Ficha Limpa; e endurece os procedimentos para a criação de novos partidos, reduzindo o alcance da pluralidade partidária.

Contas

O novo Código Eleitoral ainda expande o limite de prestação de contas simplificada “para candidatos e partidos que apresentarem movimentação financeira correspondente, no máximo, ao valor de R\$ 50 mil”. Atualmente, a alternativa de prestação de contas vale para partidos e candidatos que movimentem até R\$ 20 mil.

A reportagem ainda conversou com o consultor da BMJ Consultores Associados Lucas Fernandes. Ele reiterou que, por ser menos transparente, a medida abre a possibilidade para candidaturas laranjas e desvio de recursos.

“Um partido pode colocar um candidato laranja para receber R\$ 50 mil de recursos. Esse candidato vai fazer uma prestação de conta simplificada, que é muito mais difícil de rastrear, não dá acesso nem para os Tribunais de Justiça, nem para a população entender direito como aquele recurso foi destinado”, ponderou.

“Então, eu acredito que esse caso é um retrocesso, que abre margem para que candidaturas laranjas sejam lançadas e que se tenha eventualmente um desvio de recursos para outras candidaturas”, analisou o especialista.